



**Ata da 31ª (trigésima primeira) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 15 (quinze) de Setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.**

Às 17 (dezesete) horas do dia 15 (quinze) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 038/2025, de autoria do Poder Executivo, que Institui a Gratificação por Desempenho de Arrecadação - GDA aos servidores do Departamento de Arrecadação e Fiscalização do Município de Altaneira e dá outras providências – Relator sorteado: Vereador Paulo Geaneo. Relatoria não aceita, matéria encaminhada à Comissão Permanente; Item 2: Ofício nº 475/2025, da Secretaria Municipal de Educação, em resposta ao Ofício nº 128/2025/GP que aborda sobre o Requerimentos nº 093/2025; Item 3: Ofício nº 493/2025, da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a concessão de espaço na sessão plenária do dia 15 de setembro em curso, para o seu Secretário, Francisco Adeilton, para apresentar os resultados das Avaliações Externas do ano de 2024 e demandas da Secretaria Municipal de Educação; Item 4: Ofício nº 492/2025, da Secretaria Municipal de Educação, sobre os resultados do SPAECE 2024 divulgado pela 18ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação no I Seminário Caminhos Integrados Pela Aprendizagem; Item 5: Ofício Circular nº 01/2025, do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado do Ceará, sobre comunicação de nova Diretoria; Item 6: Ofício nº 553/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Requerimento nº 092/2025 encaminhado pelo Ofício nº 124/2025/GP; Item 7: Projeto de Lei nº 020/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que Institui a Política Municipal de Atenção Integral à Mulher com Endometriose no âmbito do Município de Altaneira/CE, e dá outras providências – Relator sorteado: Vereador Zé de Zuza; Item 8: Projeto de Lei nº 021/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que Institui a Sala Lilás no município De Altaneira - CE e dá outras providências – Relator sorteado: Vereador Júnior do Povo. Relatoria não aceita, matéria encaminhada à Comissão Permanente. Pela ordem, o vereador Paulo Robson explicou que o projeto de lei é a conclusão do projeto Jovem Legislador e surgiu a partir de uma iniciativa da estudante altaneirense Antônia Ingrid Silva, atualmente aluna da Escola Estadual Padre Luís Filgueiras. Relatou que a estudante participou do concurso, foi premiada e que a proposta do programa é transformar as ideias vencedoras em projetos de lei para a comunidade. Informou que havia a intenção de que a própria autora viesse apresentar e defender sua proposta na sessão, mas, devido à participação do Secretário de Educação, considerou mais adequado que ela o faça em outro momento. Assim, apresentou requerimento verbal para que, quando a matéria receber parecer e for colocada em votação, a estudante Antônia Ingrid tenha espaço na tribuna da Câmara para apresentar e defender sua ideia, por entender que ela merece esse reconhecimento e que isso concluirá o trabalho de incentivo à participação dos jovens na política local. Seguindo para os registros da Presidência, o Presidente Professor Deza Soares informou que, amanhã, a Câmara receberá a visita do advogado Dr. Guilherme para tratar sobre a implantação da Escola do Legislativo no município, destacando a importância do projeto para a formação cidadã dos jovens e para o incentivo à participação política. Explicou que posteriormente será realizado um



seminário com foco em estudantes do 2º (segundo) e 3º (terceiro) ano do ensino médio. Em seguida, registrou homenagem pelo Dia do Médico Veterinário, celebrado em 9 (nove) de setembro, reconhecendo o trabalho desses profissionais na proteção animal, na saúde pública e na preservação da vida. Também parabenizou os administradores pelo Dia do Administrador, celebrado igualmente em 9 (nove) de setembro, ressaltando sua contribuição para o desenvolvimento das instituições públicas e privadas e para o crescimento da sociedade. Destacou ainda o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, celebrado em 10 (dez) de setembro, reforçando a importância da valorização da vida, do diálogo e do acolhimento, e mencionou que não pôde participar das ações promovidas pela gestão municipal em razão de compromissos na Escola Santa Tereza, onde leciona. Por fim, registrou o Dia Internacional da Democracia, celebrado hoje, 15 (quinze) de setembro, reafirmando o compromisso da Câmara com os valores democráticos, a participação cidadã e o fortalecimento das instituições, e defendeu que o país não pode retroceder a regimes autoritários, lembrando que os responsáveis por ataques à democracia foram condenados pela Justiça, inclusive o ex-presidente Jair Bolsonaro, a quem classificou como responsável por um período de desgoverno, enfatizando que a democracia deve ser continuamente preservada. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo comentou a resposta encaminhada pela Secretária de Saúde ao Requerimentos nº 92/2025, que tratava de pedidos de informação sobre a atuação da diretora administrativa do Hospital Municipal Euclides Nogueira Santana. Afirmou que as respostas foram genéricas e que a Secretária não respondeu a quatro perguntas básicas, entre elas: qual a carga horária estabelecida e cumprida pela diretora; se a gestão considera compatível o acúmulo do cargo de confiança em Altaneira com o cargo de assistente social no município de Mauriti – 30 (trinta) horas semanais; e quais medidas estão sendo adotadas para garantir o efetivo cumprimento das funções da diretora e se a mesma trabalha em regime de escala. Desse modo, solicitou que fosse consignado em ata seu requerimento verbal para que a secretária municipal de saúde, Ivanna Alcântara, fosse convidada a vir à Casa responder as perguntas por ele mencionadas, antes que “ele tome outras medidas”. O vereador observou que a gestão dispõe de assessoria jurídica competente e teve tempo hábil para auxiliar a gestora da pasta na resposta.

**PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ADEILTON SILVA:** O Secretário Municipal de Educação, Adilson Silva, fez uso da palavra para apresentar aos vereadores os resultados do SPAECE 2024 (dois mil e vinte e quatro) no município de Altaneira. Iniciou agradecendo o espaço e destacando a importância de manter a Câmara informada sobre os indicadores da educação municipal. Explicou que houve atraso na divulgação oficial pelo Governo do Estado, o que gerou preocupação, mas no final do mês de julho, a CREDE enviou uma prévia desses resultados, tendo marcado um seminário para divulgação dos resultados oficiais para o dia 28 (vinte e oito) de agosto, lembrando ainda que a secretaria municipal de educação do município realizou, no dia 31 (trinta e um) de julho, o Seminário Municipal da Educação, agradecendo, na oportunidade, toda sua equipe da pasta, bem aos que puderam marcar presença. Com o auxílio de uma apresentação de slides, iniciou sua explanação apresentando os resultados do 2º (segundo), 5º (quinto) e 9º (nono) anos, com destaque para o 2º (segundo) ano, onde houve queda de desempenho em língua portuguesa e matemática, principalmente na Escola Joaquim de Moraes, que apresentou redução acentuada nas pontuações e maior distorção idade-série. A Escola Joaquim Rufino também teve leve queda, mas manteve bons índices, com 99% (noventa e nove por cento) dos alunos no nível desejável em leitura. No 5º (quinto) ano, na Escola Joaquim Soares, houve queda de 14 (quatorze) pontos em leitura e de 2 (dois) pontos em matemática. Por outro lado, destacou o avanço expressivo no 9º (nono) ano da Escola 18 de Dezembro, com crescimento de 12 (doze) pontos em leitura e 41 (quarenta e um) em matemática, sendo o único município da CREDE 18 a apresentar crescimento nas duas áreas, embora ainda com apenas 44% (quarenta e quatro por cento) dos alunos no nível adequado em língua portuguesa e 85% (oitenta e cinco por cento) em matemática. O Secretário também apresentou dados do IDEB, mostrando que Altaneira historicamente se mantém acima da média estadual e nacional nos anos iniciais – 8,4 (oito vírgula quatro) em 2023 (dois mil e vinte e três), contra 6,6 (seis vírgula seis) do Ceará e 6 (seis) do Brasil, embora nas séries finais esteja



igualada à média nacional e ligeiramente abaixo da estadual – 5,0 (cinco) em 2023 (dois mil e vinte e três), contra 5,5 (cinco vírgula cinco) do Ceará. Informou que a queda nos resultados refletirá diretamente na arrecadação do ICMS Educacional, com previsão de redução de cerca de R\$ 3.000.000 (três milhões de reais) em 2025 (dois mil e vinte e cinco) em relação a 2024 (dois mil e vinte e quatro), quando o município recebeu mais de R\$ 8.000.000 (oito milhões de reais) devido ao bom desempenho do ano anterior. Destacou que, devido ao município não ter tido nenhuma “Escola nota 10 (dez)”, a Secretaria optou por não participar do evento estadual de premiação, apesar do convite, concentrando esforços na recuperação dos indicadores e no fortalecimento das ações pedagógicas. Concluiu colocando-se à disposição para esclarecimentos e informou que os dados completos foram encaminhados em ofício e disponibilizados em formato impresso e digital para consulta dos vereadores. No momento destinado a comentários e questionamentos por parte dos parlamentares, o vereador Paulo Robson cumprimentou o Secretário Municipal de Educação, professor Adilton, destacando sua constante presença na Câmara e ressaltando que essa postura contribui para o fortalecimento do debate e demonstra a transparência da gestão. Agradeceu pela apresentação dos dados do SPAECE e reconheceu o trabalho da equipe da Secretaria de Educação no cuidado com a análise e avaliação dos resultados, bem como no planejamento de ações para melhorar o que já está bom e corrigir o que não obteve o desempenho esperado. Em seguida, parabenizou especialmente os profissionais da Escola 18 de Dezembro pelo avanço significativo obtido no 9º (nono) ano, ressaltando que esteve lotado na escola no ano passado, participando de atividades pedagógicas com as turmas de nono ano, e que, por isso, acompanhou de perto as dificuldades e a preocupação dos professores com o desempenho dos alunos, motivo pelo qual os resultados positivos surpreenderam de forma muito satisfatória. Por fim, registrou sua admiração pelo trabalho desenvolvido e questionou a que fatores o secretário atribui as quedas acentuadas nos resultados do 2º (segundo) e 5º (quinto) anos e, em contrapartida, o avanço expressivo obtido no 9º (nono) ano. A vereadora Tia Janne apresentou três questionamentos ao Secretário Municipal de Educação. Primeiro, perguntou qual o plano de ação concreto da Secretaria para 2025 (dois mil e vinte e cinco) a fim de sanar as deficiências identificadas nos resultados do SPAECE e se existe uma meta específica de crescimento para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município. Em seguida, solicitou esclarecimentos sobre como os resultados de 2024 (dois mil e vinte e quatro) se comparam aos anos anteriores e se é possível considerar que houve evolução, estagnação ou regressão nos índices de proficiência em língua portuguesa e matemática. Por fim, questionou como está sendo feita a inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento na rede municipal, e se as salas de recursos multifuncionais estão devidamente equipadas e contam com profissionais qualificados para esse atendimento especializado. O vereador Professor Deza Soares ressaltou a responsabilidade da gestão municipal em reverter a queda nos índices e impulsionar o desenvolvimento da educação em Altaneira. Destacou que o município sempre demonstrou compromisso com o setor, mantendo gestões responsáveis e alcançando resultados satisfatórios em comparação ao estado e ao país, mas frisou que a atual gestão precisa atuar com ainda mais empenho para superar os resultados negativos e promover avanços. Encerrando, reforçou a relevância das indagações apresentadas pela vereadora Tia Janne, destacando a importância de um planejamento efetivo para que essa evolução ocorra. O vereador Júnior do Povo afirmou ser um defensor da educação em Altaneira, no estado e no país, reconhecendo os desafios enfrentados pela administração e pelos profissionais da área. Observou que, em alguns casos, os resultados podem estar mais relacionados à atuação de determinados profissionais do que propriamente à gestão, mas disse acreditar que, com qualificação e dedicação da equipe gestora, é possível alcançar melhorias. Destacou que os resultados apresentados impactarão diretamente as finanças municipais nos próximos anos e questionou se já existe um planejamento para amenizar esses efeitos, considerando o volume de projetos de lei e de políticas públicas que vêm sendo encaminhados à Câmara. Ressaltou que é favorável à valorização salarial dos profissionais, mas ponderou que isso exige investimentos compatíveis. Ao final, solicitou que o secretário esclarecesse a diferença entre duas licitações de



assessoramento mencionadas no Portal da Transparência, uma no valor de R\$ 144.000 (cento e quarenta e quatro mil reais) e outra inicialmente em R\$ 133.900 (cento e trinta e três mil e novecentos reais), posteriormente reduzida para cerca de R\$ 111.000 (cento e onze mil reais), a fim de compreender melhor a finalidade e a aplicação desses contratos. Retomando a palavra para responder aos pronunciamentos, o Secretário Adeilton considerou pertinente a pergunta feita inicialmente pelo vereador Paulo Robson sobre as quedas nos resultados do 2º (segundo) e 5º (quinto) anos e explicou que esse tema também foi debatido internamente na Secretaria. Observou que a análise ainda é preliminar e subjetiva, mas apontou como hipótese o fato de que escolas premiadas em um ano não podem receber premiação no ano seguinte, o que pode ter levado a antiga gestão a concentrar esforços nos 9º (nono) anos — única etapa apta a ser premiada em 2024 (dois mil e vinte e quatro) — e, assim, ter reduzido o foco sobre os 2º (segundo) e 5º (quinto) anos. Destacou que essa concentração pode explicar o avanço expressivo do 9º (nono) ano e, ao mesmo tempo, as quedas registradas nas demais etapas. Em resposta à vereadora Tia Janne, afirmou que a Secretaria já vem elaborando e executando um plano de ação para recuperar os resultados, com foco principal na valorização e qualificação dos profissionais. Citou a realização, pela primeira vez, de um processo de seleção para ampliação temporária da carga horária dos professores, garantindo que quase todos hoje atuem com jornada ampliada. Informou ainda que ex-gestores escolares voltaram à sala de aula, o que contribuiu diretamente para a melhoria dos índices, e que a Secretaria tem investido em formações continuadas, planejamento pedagógico e na oferta de melhores condições de trabalho aos docentes. Ressaltou a qualidade dos profissionais da rede e o compromisso da equipe, afirmando que as formações mais recentes foram voltadas especialmente para as turmas avaliadas pelo SPAECE. Sobre a educação inclusiva, destacou que Altaneira possui uma das maiores equipes da CREDE 18 (dezoito) e tem promovido capacitações específicas e ações voltadas à inclusão de alunos com deficiência e transtornos do desenvolvimento. Ao vereador Professor Deza Soares, reconheceu que a educação do município é referência na região e no estado e afirmou que o compromisso da gestão é manter esse padrão. Em resposta ao vereador Júnior do Povo, esclareceu que o impacto financeiro da queda nos resultados já está sendo considerado no planejamento da Secretaria, e que diversos projetos de valorização dos profissionais foram enviados à Câmara, incluindo a ampliação das bolsas dos monitores — que passarão de R\$ 500 (quinhentos reais) para R\$ 750 (setecentos e cinquenta reais) — e dos profissionais da educação inclusiva — de R\$ 500 (quinhentos reais) para R\$ 900 (novecentos) — além da previsão de reajustes para os seguranças escolares. Explicou também que as duas licitações questionadas referem-se à contratação de assessorias voltadas à formação de professores, acompanhamento pedagógico e apoio aos conselhos escolares, dentro do plano de formação continuada da rede municipal. Após, afirmou que a gestão está comprometida tanto com a valorização salarial e profissional quanto com a melhoria da infraestrutura escolar, anunciando a aquisição de dois novos ônibus escolares com recursos próprios da educação, um já garantido para este ano e outro previsto para o início do próximo. Reforçou sua confiança na equipe da Secretaria e nas equipes gestoras das escolas, afirmando que são profissionais capacitados e dedicados, e assegurou que a meta é recuperar os resultados e fazer com que Altaneira volte a ser referência em educação na região, no estado e no país. Destacou ainda que os resultados da educação não devem ser atribuídos exclusivamente à gestão atual ou à anterior, mas representam o esforço conjunto de toda a comunidade escolar de Altaneira. Ressaltou que, sendo todos professores, tanto ele quanto sua equipe — incluindo diretores, coordenadores e demais profissionais da Secretaria — compartilham a responsabilidade pelos resultados obtidos. Saliou que a análise dos indicadores será realizada com cuidado, visando identificar pontos de melhoria, e que a responsabilidade pela educação é coletiva, envolvendo todos os que atuam no setor, não apenas professores ou a gestão da Secretaria. Para encerrar, agradeceu a oportunidade de dialogar com os vereadores, reiterando sua disposição em colaborar com a Câmara. **TEMA LIVRE:** O vereador Paulo Robson registrou sua participação nas comemorações do 22º (vigésimo segundo) aniversário da Escola Joaquim Rufino de Oliveira, parabenizando a diretora Aleksandra Costa pelo trabalho à frente da escola, ressaltando sua trajetória

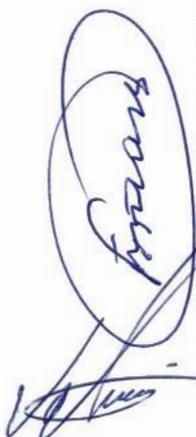














como professora e sua dedicação à gestão escolar. Estendeu cumprimentos à equipe gestora, coordenadores, professores, funcionários, alunos e comunidade escolar. Em seguida, informou sobre a abertura as inscrições para o Programa Bolsa Atleta, que irão até o dia 5 (cinco) de outubro, disponível no portal do Governo Municipal, por meio da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Juventude. O vereador também registrou o desempenho da equipe de corredores de rua de Altaneira em competição na cidade de Assaré, com destaque para os atletas Joseph Soares, Arthur Lacerda e Vanderlan Gonçalves. Ainda sobre as corridas, através de registro da academia Forma Física, informou que acontecerá uma corrida em Altaneira no final do próximo mês. Destacou também o desempenho do Professor Adeilton, que foi vice-campeão em sua categoria na Maratona MTB de Brejo Santo, que contou com participação de atletas de diversos estados, e o seu próprio, tendo atingido a sexta colocação na competição. Por fim, destacou a participação em cerimônia de graduação e troca de cordas do grupo de capoeira Arte e Tradição, do mestre Edwilson, ressaltando o valor simbólico do evento para os jovens capoeiristas e parabenizando todos os envolvidos. A vereadora Tia Janne também fez registro sobre a cerimônia de troca de faixas no grupo de capoeira Arte e Tradição. No ensejo, parabenizou o Mestre Edwilson e todos os capoeiristas do município, destacando o programa de efetivação da capoeira na grade curricular das escolas, ressaltando seu impacto social ao proporcionar ocupação e transformação para os jovens. Parabenizou também o projeto "Sociedade na Escola", da Escola Santa Tereza, destacando a palestra sobre fake news, destacando o trabalho do Professor Elton Cardoso, o coordenador Thiago e, em seus nomes, saudou todos os professores da referida instituição. Ainda nessa pauta, a vereadora ressaltou a importância da educação para o uso responsável da informação, prevenindo danos morais e respeitando os direitos das pessoas. Em seguida, cumprimentou a gestão de Farias Brito, em nome da primeira-dama Liege Feitosa, junto à Secretária de Cultura Valéria, pelo convite feito a Prefeita Ana Késia para participação na ExpoVaq, frisando a importância de incentivo a eventos que valorizam o município e geram renda. Finalizou destacando os resultados das crianças no SPAECE, reforçando a importância de um aprendizado verdadeiro e responsável para o desenvolvimento educacional do município. O vereador Professor Nonato iniciou sua fala agradecendo pelo convite no evento realizado ontem, no Poliesportivo, que foi a cerimônia de graduação e troca de cordas do grupo de capoeira Arte e Tradição. Parabenizou a todos os envolvidos no evento, em especial ao Mestre Edwilson, lamentando não ter podido comparecer por já ter outros compromissos agendados. Na sequência, relatou ter recebido uma mensagem de um servidor municipal que ainda não recebeu o salário referente ao mês de dezembro. Ao ler a mensagem na sua íntegra, o parlamentar registrou que, embora o cidadão reconheça que não seja responsabilidade direta do líder do governo, vereador Paulo Robson, entende que ele, como representante do Executivo, deveria apresentar uma resposta sobre quando a prefeita pretende efetuar o pagamento da folha atrasada. Após realizar a leitura da mensagem, ressaltou que considera uma falta de respeito manter esse débito enquanto se realizam diversos gastos elevados, citando, por exemplo, duas licitações no valor de R\$ 276.000 (duzentos e setenta e seis mil reais) para assessoria de formações da Secretaria de Educação e cerca de R\$ 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil reais) destinados a eventos. Afirmou ainda que, do seu ponto de vista, o fato de a Prefeita ainda não ter sanada esses débitos acaba por gerar um ato de perseguição. Acrescentou que reconhece a importância de projetos que criam empregos, aumentam salários e concedem gratificações aos servidores, mas defendeu que a gestão deve estabelecer prioridades, e que pagar os salários atrasados deveria ser a principal delas. Criticou o fato de, mesmo após a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta junto ao Ministério Público para parcelamento do débito em cinco vezes, o pagamento não ter sido cumprido. Para mais, afirmou que a situação causa profunda tristeza, pois trata-se de pais e mães de família que trabalharam e têm direito de receber, lembrando que esse dinheiro pertence aos trabalhadores e não à gestão nem aos vereadores. Destacou que a Secretaria de Educação, chefiada pelo professor Adeilton, aparentemente já efetuou seus pagamentos, mas que os demais servidores que atuaram em dezembro continuam sendo prejudicados e perseguidos por um ato administrativo injusto. Em aparte, o vereador Paulo Robson





esclareceu que desejava apenas corrigir um ponto, ressaltando que as cobranças sobre o pagamento de dezembro não deveriam ser direcionadas ao líder do governo, pois, embora ocupe essa função, ele não é o responsável direto pelos pagamentos. Segundo ele, o ideal seria questionar se o líder possui informações sobre o assunto, e, nesse caso, ele poderia responder. Informou que, conforme o que tem conhecimento, cerca de 70% (setenta por cento) a 80% (oitenta por cento) da folha de dezembro já foi quitada, incluindo todos os servidores efetivos e temporários de todas as pastas. Explicou que foi apresentado ao Ministério Público um plano de parcelamento do valor restante, o qual recebeu parecer favorável do MP, mas ainda aguarda homologação judicial. Após essa homologação, o pagamento passará a ser uma obrigação formal da gestão, com prazos definidos. Ressaltou que, embora reconheça que o pagamento seja uma prioridade, não se pode afirmar que os servidores não são valorizados pela atual gestão. Destacou que a administração já concedeu reajustes salariais em tempo hábil, pagou retroativos, fez repasses aos profissionais do magistério, e enviou projetos para valorizar a remuneração de monitores e seguranças escolares. Lembrou ainda que a gestão, com apoio da Câmara, regularizou a situação funcional de mais de 30 (trinta) servidores que estavam nomeados de forma irregular. De volta a fala, o vereador Professor Nonato pediu que o líder do governo leve à prefeita a mensagem deixada por ele, fazendo um apelo para que a situação seja considerada. Ressaltou que é contraditório falar em valorização dos servidores enquanto quase se completa um ano da aprovação do PCCR, que permanece parado no gabinete da Prefeita, e enquanto o pagamento do salário de dezembro ainda não foi concluído integralmente. Afirmou ainda que somente se pode considerar quitado quando 100% (cem por cento) dos vencimentos forem pagos. Explicou que faz essa crítica porque, se não se manifestar, passa a impressão de que tudo na cidade está perfeito, como aparenta nas redes sociais, quando na realidade ainda há problemas, como falta de medicamentos, transporte escolar quebrando com frequência e servidores que continuam sem receber seus salários. Declarou que já se comprometeu a votar favoravelmente a duas matérias de ordem financeira: a gratificação dos servidores do setor de arrecadação e dos profissionais da segurança e da monitoria, reforçando que o Legislativo não está travando as ações do Executivo, mas permitindo que a administração ocorra de forma digna. Entretanto, afirmou que, se a gestão não souber administrar, a responsabilidade não é do vereador. Destacou que administrar exige elege prioridades e voltou a criticar o fato de serem destinados cerca de R\$ 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil reais) a eventos, enquanto não se investe, por exemplo, em cestas básicas para as famílias de Altaneira. Disse que, neste ano, não viu nenhuma entrega de cestas básicas por parte da gestão, defendendo que a prioridade deve ser o atendimento às necessidades da população, e não apenas a realização de festas divulgadas nas redes sociais. O vereador Júnior do Povo iniciou parabenizando a ex-vereadora e ex-vice-presidente da Câmara, Silvana Andrade, por ter sido eleita a primeira mulher presidente do Partido dos Trabalhadores em Altaneira, destacando o feito como um momento histórico e de grande liderança no município. Agradeceu aos altaneirenses que têm o recebido, junto com o Dr. Hércules, durante as visitas que realiza aos fins de semana, afirmando que tem buscado ouvir a população de forma humanizada e tentar solucionar as demandas apresentadas. Informou ainda que seu mandato, em articulação com a UNIFAMEC e a Escola Santa Tereza, com apoio do diretor Welthon e do coordenador Thiago, organizou um vestibular social gratuito, que ocorrerá no dia 22 (vinte e dois) deste mês, a partir das 13 (treze) horas, na Escola Santa Tereza. Explicou que os participantes deverão apresentar um documento com foto e que os aprovados receberão bolsas de estudo de 60% (sessenta por cento). Acrescentou que está sendo articulada com o diretor-geral Josivan a concessão de bolsas de 100% (cem por cento) para os candidatos que obtiverem as maiores notas, válidas por cinco anos em cursos como Direito, Enfermagem, Terapia Ocupacional e Psicologia, destacando o compromisso da instituição com o ensino na região do Cariri. Na sequência, manifestou preocupação com a situação do PCCR dos servidores efetivos, relatando que, apesar da aprovação, apenas houve enquadramento sem ganho financeiro real, enquanto a Câmara aprova semanalmente novos cargos e aumentos para cargos comissionados. Ressaltou que os servidores de carreira, como zeladores, continuam sem ter seus direitos garantidos.



e defendeu que, se há recursos para cargos políticos, deve haver também para os cargos administrativos. Dirigindo-se aos vereadores da base, pediu que levem à prefeita a necessidade de efetivar o PCCR, que foi uma conquista dos servidores e que, após quase um ano, ainda não foi colocado em prática. Afirmou que falar sobre o tema é seu dever como servidor de carreira do município e registrou sua indignação com a situação. Em aparte, o vereador Paulo Robson informou que recebeu de um servidor a notícia de que as solicitações de progressões feitas ainda em 2023 (dois mil e vinte e três), e que estavam paradas, foram sancionadas pelo ex-prefeito Dariomar no final de dezembro do ano passado. Segundo o servidor, essas progressões já foram incorporadas à folha de pagamento deste mês, e haverá negociação com a Procuradoria para tratar do pagamento do retroativo. Acrescentou que, conforme também informado pelo servidor, os novos enquadramentos previstos na lei do PCCR passarão a valer após três anos da sua publicação, ocorrida em 2023 (dois mil e vinte e três), de modo que as próximas progressões devem ser inseridas em folha a partir do próximo ano. Ao final, agradeceu publicamente ao servidor pelas informações e destacou que se tratam de avanços positivos para os servidores. De volta com a fala, o vereador Júnior do Povo reforçou a necessidade de valorização dos servidores, principalmente os de carreira, ressaltando que são permanentes no município e não podem ser esquecidos enquanto novos cargos são criados. Após, agradeceu ao médico Dr. Hércules pelo apoio ao grupo político e informou que, com articulações do grupo, foi adquirido um aparelho de ultrassonografia, que permitirá a realização de exames simples de forma totalmente gratuita para a população altaneirense já a partir do próximo fim de semana. Continuando na pauta da saúde, o parlamentar relatou uma reclamação recorrente que tem recebido de munícipes sobre a Secretaria de Saúde, informando que a central de marcação de exames não está aceitando receitas emitidas por médicos do hospital, exigindo que os pacientes procurem novamente os PSFs para conseguirem marcar seus exames. Segundo ele, essa exigência tem causado transtornos e constrangimentos à população, já que os médicos do hospital são conveniados ao SUS e legalmente habilitados a prescrever os procedimentos. Destacou que receitas de médicas como Dra. Leandra, Dra. Catarina e outros profissionais do hospital não estão sendo aceitas, o que considera uma forma de humilhação para os cidadãos. Informou que já tentou dialogar com a secretária de Saúde sobre o assunto, mas recebeu respostas genéricas, e defendeu que tanto os vereadores da situação quanto da oposição devem buscar uma solução conjunta antes que o caso precise ser denunciado ao Ministério Público. A vereadora Professora Ana Maria agradeceu a receptividade da população durante as visitas que vem realizando às residências, destacando que está cumprindo sua promessa de campanha de não abandonar o eleitorado que confiou em seu mandato. Registrou sua participação no evento da Associação Cultural Capoeira Arte e Tradição, onde ocorreu o batizado e a troca de graduação dos capoeiristas, parabenizando, em nome de Guilherme Galdino, todas as crianças, adolescentes e famílias envolvidas, bem como os mestres presentes, em especial o mestre Edwilson. Destacou que o esporte e a educação são os caminhos para afastar crianças e jovens das drogas, da violência e de outros males. Pediu desculpas por não ter comparecido à comemoração do aniversário da Escola Joaquim Rufino de Oliveira, justificando que, por trabalhar em Nova Olinda, não pôde se fazer presente. Parabenizou a escola e todos os seus profissionais, ressaltando que atuou como professora na unidade por seis anos e que tem grande apreço pela instituição. Também apresentou desculpas por não ter participado de evento promovido no CRAS pelo mesmo motivo, afirmando que, sempre que possível, comparecerá a eventos locais, independentemente de ser vereadora de oposição, pois considera essencial estar junto à população. Reforçou que apoia todas as iniciativas que beneficiem a população, independentemente de autoria, e declarou apoio aos servidores municipais, especialmente aos profissionais da arrecadação, da segurança e aos monitores, ressaltando que a melhoria nos vencimentos desses últimos é uma causa que já defendeu anteriormente. Por fim, parabenizou a ex-vereadora Silvânia Andrade por assumir a presidência do Partido dos Trabalhadores de Altaneira, partido do qual também faz parte, e destacou que a nova presidente é exemplo de força, coragem e inspiração para as mulheres altaneirenses. O Vereador Zé de Zuza desejou boa sorte aos monitores, seguranças e profissionais



da arrecadação do município, presentes na Casa, afirmando que todos têm direito de buscar suas conquistas e que torce pelo êxito de cada um. Agradeceu o convite do mestre Edwilson para a solenidade de graduação e troca de cordas dos alunos do projeto de capoeira, evento que contou também com a presença da Prefeita Késia. Destacou a relevância do projeto por afastar crianças e adolescentes de problemas como drogas e bebidas, e elogiou o trabalho de todos os envolvidos, especialmente mestre Edwilson, Chico Ceará, Bianca e demais integrantes da equipe, colocando-se à disposição para colaborar no que for necessário. Parabenizou também o Secretário Clécio pelo apoio ao evento, bem como a equipe da Infraestrutura pela cessão do espaço e fornecimento dos materiais necessários. Relatou ainda ter recebido convite de Paula, filha do senhor Cícero Rufino, para participar de uma festa realizada com os idosos na quinta-feira passada, e agradeceu pela oportunidade de prestigiar o momento. Comentou que, durante o evento, foi cobrado por diversos participantes sobre a ausência de um sanfoneiro para animar os forrós tradicionais, registrando um requerimento verbal à Prefeita para que a mesma atenda a solicitação. Para encerrar, agradeceu ao Presidente da ASPROTATA da Taboquinha, bem como ao Vice-Presidente da Rádio Altaneira FM, que transmite a sessão para toda a população. O vereador Valmir Brasil também se dirigiu aos monitores e guardas escolares que se encontram na Casa aguardando a votação de seus respectivos projetos, afirmando acreditar que todos sairão satisfeitos com o resultado. Reconheceu que os salários atuais dos monitores, em torno de R\$ 400 (quatrocentos reais) a R\$ 500 (quinhentos reais), são baixos e insuficientes, mas expressou confiança de que, com a aprovação do projeto, haverá um aumento que trará melhorias. Registrou a realização da tradicional festa de São Francisco, no Vale do São Romão, que terá início no dia 25 (vinte e cinco) de setembro, às 17 (dezesete) horas, com a caminhada do pau da bandeira, seguida de hasteamento da bandeira às 18 (dezoito) horas e 30 (trinta) minutos e missa de abertura celebrada pelo Padre Jefferson às 19 (dezenove) horas. Informou que os festejos seguirão até o dia 4 (quatro) de outubro. Comentou ainda sobre as discussões a respeito de salários atrasados, destacando que a responsabilidade é da atual gestão, mas também das gestões anteriores que criaram a problemática. Reforçou que já existe um acordo firmado com o Ministério Público e que acredita que a situação será solucionada em breve. Ao tratar da questão levantada pelo Vereador Júnior do Povo sobre a não aceitação de receitas emitidas por médicos do hospital, afirmou concordar em parte e discordar em outra, por entender que os PSFs existem para atender à demanda do município. Ressaltou, contudo, que somente a Secretária de Saúde pode esclarecer com precisão como se dá esse processo e quais os critérios adotados para aceitação das receitas. Em aparte, o Vereador Júnior do Povo reafirmou que a situação relatada é constrangedora, pois os médicos do hospital são habilitados e, mesmo assim, quando solicitam exames aos pacientes, essas solicitações são negadas no setor de marcação. Ressaltou que essa prática gera descrédito em relação aos profissionais do hospital, além de obrigar os pacientes a enfrentar novas filas e agendamentos nos PSFs apenas para obter a mesma solicitação, o que considera uma humilhação e atraso no tratamento. Pontuou que atualmente o município conta com sete médicos no hospital e quatro nos PSFs, mas apenas os dos PSFs têm suas solicitações aceitas, o que faz com que os atendimentos do hospital percam eficácia. Defendeu que a Secretaria de Saúde reveja essa postura e reorganize o fluxo de atendimento, frisando que não se trata de um pedido pessoal, mas de uma reivindicação da população altaneirense. Solicitou, ainda, que os vereadores da base governista intercedam junto à gestão para buscar uma solução, pois acredita que suas demandas, por ser da oposição, podem não ser devidamente consideradas. De volta à palavra, o vereador Valmir Brasil pediu desculpas ao Mestre Edwilson por não ter conseguido participar da cerimônia de graduação e troca de faixas do grupo Arte e Tradição, em razão de um imprevisto. Registrou, entretanto, que está à disposição sempre que necessário. Parabenizou o grupo pelo evento, destacando sua relevância para o município e afirmando que ações como essa são importantes para somar à comunidade. Ressaltou que espera que os atendimentos e projetos relacionados ao grupo continuem de forma permanente e gerem resultados efetivos para as crianças e jovens envolvidos, considerando o trabalho realizado como louvável. Ao vereador Júnior do Povo, afirmou que, se a situação for legal, não vê nenhum

*Alu Bays*

*Alu Bays*

*Alu Bays*

*Alu Bays*

*Alu Bays*

*Alu Bays*



problema. Contudo, registrou esperar a continuidade dos atendimentos. Em aparte, o Vereador Paulo Robson informou que recebeu retorno da Secretária de Saúde sobre a situação da marcação de exames. Segundo ela, trata-se de um procedimento habitual, previsto em protocolos e na legislação vigente, em que os pacientes devem ser encaminhados inicialmente pela atenção primária, utilizando o prontuário eletrônico, garantindo que os atendimentos dentro da rede de saúde sejam realizados de forma mais organizada e eficiente. Esclareceu que nenhum usuário tem o serviço negado; os atendimentos estão apenas sendo redirecionados para otimizar a organização e o fluxo dos procedimentos. Ressaltou que os repasses e encaminhamentos são feitos conforme a demanda, assim, se os pacientes não passam pelo SUS – pelos PSFs – não vai para o registro do município, logo, aquele atendimento não gerará um investimento financeiro. Acrescentou que, em relação à entrega de medicamentos, não procede a informação de que receitas de médicos particulares não são atendidas. Relatou mensagem de um usuário confirmando que medicamentos com receita de médico particular estão sendo fornecidos normalmente nas farmácias. Concluiu que é necessário centralizar melhor essas informações e orientar os pacientes sobre os procedimentos corretos, destacando que o correto fluxo pelo SUS e PSFs garante o impacto positivo nos indicadores e evita perdas financeiras para a saúde municipal. O vereador Professor Deza Soares reforçou a importância dos eventos realizados no município, destacando especialmente a solenidade de capoeira, à qual não pôde comparecer devido a outro compromisso. Registrou que considera a implantação da capoeira em Altaneira uma ação de grande relevância, lembrando que participou de sua introdução no município, ainda na gestão do ex-Prefeito João Ivan, com a chegada do mestre Edwilson. Parabenizou todos os capoeiristas e destacou a persistência e dedicação do Mestre Edwilson, que, ao longo das gestões, manteve ativo o projeto, contribuindo para a continuidade da capoeira em Altaneira. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 043/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 030/2025, de autoria do Poder Executivo, que Cria o Programa de Tutoria/Monitoria na Rede Municipal de Ensino de Altaneira e adota outras providências. Após a leitura do parecer favorável com emenda, o relator do parecer e autor da emenda, vereador Júnior do Povo, retirou a emenda do parecer e apresentou a seguinte emenda de Plenário, de autoria do Bloco da Maioria: “Art. 2º. Parágrafo único: O provimento dos cargos de Diretor da Monitoria Escolar e de Coordenador da Monitoria Escolar, criados pelo presente Projeto de Lei, fica condicionado ao atendimento dos seguintes requisitos: I — Para o cargo de Diretor da Monitoria Escolar: possuir formação em nível superior em Pedagogia ou em áreas afins, preferencialmente com especialização em Gestão Escolar ou Administração Educacional. II — Para o cargo de Coordenador da Monitoria Escolar: possuir, no mínimo, formação em nível superior em Pedagogia ou áreas correlatas”. Durante a defesa, destacou a importância de que a educação conte com profissionais tecnicamente capacitados, especialmente nos cargos de coordenação e direção de monitores escolares. Esclareceu que o projeto prevê a criação de cargos e aumento salarial para monitores e coordenadores, enfatizando que, com a emenda apresentada pelo Bloco da Maioria, os cargos de direção exigem formação específica em áreas pedagógicas, educação ou correlatas, para garantir a qualidade da aprendizagem. Ressaltou que a função do diretor inclui organizar e supervisionar cerca de 300 (trezentos) monitores, coordenar formações e capacitações, orientar os profissionais quanto às suas atividades e demandas, e que a nomeação de pessoas sem preparo adequado poderia comprometer o desempenho da equipe. O vereador observou que a iniciativa da emenda não desmerece os atuais monitores, mas visa proporcionar liderança qualificada que possa acompanhar e aprimorar o trabalho diário. Destacou que os cargos criados representam um avanço na valorização dos profissionais da educação, mesmo reconhecendo que o desafio do setor é grande, devido à necessidade de atender a múltiplas turmas e atividades, incluindo educação inclusiva e tempo integral. Por fim, reforçou que a remuneração estabelecida para os cargos deve ser compatível com a função e a capacidade financeira da gestão, considerando a importância de garantir condições adequadas para o desempenho das atividades educacionais. O vereador Paulo Robson iniciou sua fala afirmando que, embora compreenda bem os assuntos da Casa, algumas decisões lhe causam

11  
12



estranheza. Registrou que o projeto em questão trata-se da criação e regulamentação de cargos de monitores e tutores escolares, com valorização profissional e aumento salarial. Segundo ele, trata-se de cargos comissionados e de confiança, prática comum nesta legislatura, como já ocorreu com a criação de secretarias e outros cargos. Destacou que nunca viu critérios definidos para nomeações anteriores, mas que agora se propõem exigências específicas, como formação superior em pedagogia para o cargo de direção da monitoria escolar, o que considerou inadequado. Agradeceu ao Presidente Deza pela disponibilização da assessoria jurídica à Comissão Permanente, o Dr. Victor Pierre, que emitiu parecer técnico sobre as emendas. O parecer afirma que, conforme a Lei Orgânica Municipal (art. 51) e a Constituição Federal (art. 30), a criação de cargos e concessão de bolsas é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, não havendo vício de origem. Também esclarece que cargos comissionados são de livre nomeação e não exigem comprovação técnica, conforme entendimento do STF. Reforçou que os cargos propostos são de direção e coordenação da monitoria escolar, e que exigir formação superior específica, como pedagogia, para cargos de confiança seria, em suas palavras, uma "aberração", expressão anteriormente utilizada pela ex-vereadora Rafaela Gonçalves e criticada em plenário. Assim, o vereador declarou que, diante do parecer jurídico e da fundamentação legal apresentada, opta por seguir a orientação do assessor jurídico da Comissão Permanente. Recomendou que as emendas sejam votadas separadamente e manifestou-se favorável ao projeto de lei em sua íntegra, porém contrário às emendas apresentadas, tanto as anteriores quanto as de Plenário. O vereador Professor Nonato reafirmou seu apoio ao projeto de lei, destacando a importância da qualidade na educação. Para ele, não é exagero exigir formação adequada para quem ocupará cargos de direção dentro do programa de monitoria, mesmo que não se trate de direção escolar formal. Ele ressaltou que as atribuições do cargo incluem organizar formações, orientar monitores, elaborar planos de ação, distribuir profissionais nas turmas e acompanhar o desempenho dos mesmos. Diante disso, considera essencial que o responsável por essas funções tenha, no mínimo, formação superior em pedagogia. O vereador criticou a ideia de que exigir qualificação seria uma "aberração", argumentando que a educação forma cidadãos e que colocar pessoas sem formação adequada nesses cargos comprometeria a qualidade do serviço. Citou o exemplo do segurança Wagner que, por ter prática em capoeira, conseguiu conter uma situação de risco na escola, reforçando a importância da capacitação. Também mencionou que sua responsabilidade como legislador é com os alunos e com a qualidade da educação, não com interesses políticos, e defendeu que a emenda garante que os monitores sejam acompanhados por profissionais qualificados. A vereadora Tia Janne registrou que aprovar o projeto em debate é de grande importância para o município, pois, de acordo com ela, institui um programa de serviços. Também tratou sobre a importância da aprimoração dos profissionais, para que eles adquiram mais conhecimentos e, assim, fiquem mais aptos a trabalhar com dignidade e compromisso, sendo treinados e analisados pelos professores. Também afirmou que, conhecendo a Prefeita Késia e o gestor da pasta da educação, professor Adeilton, eles jamais colocariam pessoas sem competência para ocupar tais funções, registrando seu voto favorável ao projeto. Em aparte, o vereador Zé de Zuza manifestou sua posição contrária à exigência de formação superior para os cargos de monitoria escolar. Segundo ele, trata-se de funções voltadas ao cuidado das crianças, e não ao ensino formal, o que, em sua visão, não justificaria a exigência de formação específica. O vereador afirmou acreditar que os profissionais já atuantes no programa de monitoria possuem capacidade para exercer suas funções, reforçando que a formação acadêmica não é necessária para esse tipo de atividade. Questionou ainda se algum profissional graduado aceitaria ocupar tal cargo com remuneração inferior a mil reais. Diante disso, declarou acompanhar o voto do vereador Paulo Robson, posicionando-se favoravelmente ao projeto de lei e contrariamente à emenda. O vereador Professor Deza Soares declarou que, ao analisar o projeto de lei, não encontrou menção ao nível de escolaridade exigido. Considerando tratar-se de funções ligadas à educação, afirmou que o projeto deveria ter especificado esse critério, ainda que não exigisse formação superior, especialmente diante da remuneração prevista. Esclareceu que sua fala não pretende menosprezar os profissionais



sem nível superior, mas sim reconhecer a importância de valorizar quem possui tal formação. Embora reconheça que a coordenação da monitoria não se equipara à coordenação escolar, por envolver menos responsabilidades, defendeu que os cargos de diretor e coordenador da monitoria mereciam maior valorização. Quanto aos monitores, observou que, embora pudessem ser mais valorizados considerando sua carga de trabalho, o projeto já representa um avanço em relação à remuneração atual. O vereador destacou que sempre observa o aspecto jurídico das matérias e, se os valores propostos forem aceitos por profissionais capacitados, a responsabilidade será da gestão, que deve selecionar pessoas aptas a entregar resultados, frisando que todos os cargos serão fiscalizados pela população. Por fim, ressaltou que, de acordo com o parecer jurídico do assessor da Comissão Permanente, o projeto não apresenta impedimentos legais, manifestando-se, portanto, favorável à aprovação do projeto e contrário à emenda, priorizando a análise técnica sobre a política. Em aparte, o vereador Zé de Zuza afirmou que a emenda apresentada pelos vereadores “tira o direito de quem já está lá, capazes de coordenar ou direcionar o grupo, que não seja formado”. Ressaltou que possivelmente já existam pessoas capazes exercendo essas funções de liderança e que a aprovação da emenda retiraria o direito de quem já atua nelas, reafirmando, assim, seu posicionamento contrário à emenda. De volta com a palavra, o vereador Professor Deza Soares criticou o projeto, afirmando que nele deveria constar algum nível de escolaridade. No entanto, destacou a discrepância entre exigir nível superior e a remuneração proposta, observando que a gestão dificilmente conseguiria um profissional com esse nível de formação disposto a receber mil reais, ressaltando que não estava menosprezando quem não possui graduação. Diante dos impasses, declarou que, em seu entendimento, o Parlamento deve ou votar a favor da matéria para resolver a situação da monitoria, ou retirá-la para correções. Acrescentou que, caso seja realmente necessária urgência no andamento da monitoria, cabe ao setor de educação buscar a pessoa adequada para ocupar o cargo. Por fim, afirmou que está se baseando no parecer jurídico e que suas colocações representam apenas opiniões. Em aparte, o vereador Professor Nonato esclareceu aos monitores que a emenda apresentada não propõe alterações nos cargos de monitor, mas apenas no cargo de diretor, sugerindo que este venha acompanhado de exigência de qualificação, por se tratar de função de direção. Reforçou que ele e seu grupo não defendem a exigência de formação superior para o cargo de monitor, destacando que, conforme a emenda, tal requisito seria aplicado apenas aos cargos de diretor – R\$ 2.000 (dois mil reais) – e coordenador – R\$ 1.000 (mil reais). Reconheceu que os valores são baixos, mas afirmou que a decisão de aumentar a remuneração cabe à Prefeita. Ressaltou que os cargos de monitor permaneceriam sem alterações e sugeriu que, se houver entendimento da liderança ou da Presidência, o projeto possa ser retirado para receber melhorias. Por fim, pediu que, caso a matéria vá à votação, seja votada em destaque e de forma nominal. Pela ordem, o vereador Paulo Robson esclareceu que a retirada da matéria de pauta só pode ocorrer por iniciativa de seu autor, no caso, o governo municipal. Informou que, como líder do governo, não recebeu nenhuma orientação nesse sentido e, por isso, aconselhou que a matéria fosse colocada em votação. O vereador Júnior do Povo afirmou compreender os anseios dos monitores, mas destacou que a matéria apresenta falhas, pois reúne criação de cargos, definição de salários e ampliação, sem estabelecer critérios para quem exercerá a direção de cerca de 300 (trezentas) pessoas, nem regulamentar essa função em nenhum artigo. Solicitou a compreensão dos monitores e fez um segundo pedido de vista à matéria, justificando que busca “tentar pelo menos achar um meio termo nesse projeto da educação”. Foi informado que este seria o primeiro pedido de vista apresentado. Prosseguindo, explicou que a solicitação também tem o objetivo de dialogar com a bancada de minoria da Casa para tentar chegar a um consenso sobre a necessidade de que, ao menos, quem vá dirigir a equipe seja “uma pessoa letrada, que tenha conhecimento”, concordando com a fala da vereadora Tia Janne, que defendeu mais qualidade na educação. O Presidente Deza Soares reiterou que a retirada do projeto só pode ocorrer com a concordância do Poder Executivo e que o pedido de vista é um direito regimental do vereador. Criticou o posicionamento da Comissão Permanente, afirmando que, se ela entendeu que o projeto de lei estava errado, deveria tê-lo barrado ainda na comissão, pois, quando



uma matéria chega ao plenário com erros, acaba gerando grandes discussões. Ressaltou que a comissão deve agir com mais cautela e, caso identifique falhas, emitir parecer contrário e encaminhar para correções. Em seguida, o vereador Júnior do Povo reforçou seu pedido de vista e solicitou ao presidente que os auxiliasse na formulação de uma emenda para solucionar o problema. O Presidente, então, esclareceu novamente que o pedido de vista é um direito regimental e que sua concessão encerra todas as discussões. Assim, a solicitação do vereador Júnior do Povo foi regimentalmente concedida pela Mesa Diretora. Após, o Presidente esclareceu que, como a matéria do item 1 encontra-se vencida, a pauta está obstruída, motivo pelo qual os seguintes itens, previstos para a sessão de hoje, não foram deliberados: Item 2: Parecer nº 001/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, referente ao Projeto de Lei nº 031/2025, de autoria do Poder Executivo, que cria o Programa Integrado de Disciplina e Segurança Escolar, o Conselho Municipal de Disciplina e Segurança Escolar e dá outras providências; Item 3: Parecer nº 044/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 036/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de vaga de cargo de provimento efetivo, e dá outras providências; Item 4: Parecer nº 002/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, referente ao Projeto de Lei nº 037/025, do Poder Executivo, que dispõe sobre reajuste ao vencimento base do cargo de Operador de Máquinas Pesadas no âmbito do Município de Altaneira/CE, e dá outras providências; Item 5: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 038/2025, de autoria do Poder Executivo, que Institui a Gratificação por Desempenho de Arrecadação - GDA aos servidores do Departamento de Arrecadação e Fiscalização do Município de Altaneira e dá outras providências; Item 6: Requerimento nº 096/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações à Secretaria Municipal de Saúde sobre uma servidora lotada na pasta e Item 7: Requerimento nº 097/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando encaminhamento de pedido de informações, à Câmara Municipal de Tarrafas, sobre uma Vereadora do referido local. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares, agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 15 de setembro de 2025.

*Paulo Robson Vereador do Povo*  
*Deza Soares*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

*Deza Soares*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*